

BIBLIOTECAS E INCLUSÃO INFORMACIONAL EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS: análise entre o caderno PNLL e os objetivos de desenvolvimento sustentável

LIBRARIES AND INFORMATION INCLUSION IN QUILOMBOLA COMMUNITIES: analysis between the PNLL notebook and the sustainable development goals

Bianca Rodrigues de Oliveira | Kátia de Oliveira

<https://doi.org/10.21747/21836671/pagesp2026a3>

Resumo: O acesso à informação é fundamental para a promoção da equidade social em territórios historicamente marcados por processos de exclusão, como os das comunidades quilombolas. O objetivo é analisar o papel das políticas públicas voltadas ao acesso à leitura e à informação na promoção da inclusão informacional em comunidades quilombolas, com ênfase na atuação das bibliotecas enquanto equipamentos culturais e informacionais. Trata-se de pesquisa qualitativa, documental, cujo *corpus* inclui o Decreto nº 4.887/2003, o Caderno do Plano Nacional do Livro e da Leitura de 2014, o texto de Consulta Pública do PNLL 2025-2035 e documentos da Agenda 2030. A análise evidenciou que o PNLL 2014 e o documento de consulta pública reafirmam o compromisso de promoção da leitura e diminuição das desigualdades sociais, especialmente em articulação com o ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 10 (Redução de Desigualdades) e ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes). Conclui-se que a inclusão informacional em comunidades quilombolas está relacionada à existência de instituições informacionais territoriais, que possibilitam não só o acesso ao livro, mas também sua apropriação social.

Palavras-chave: Agenda 2030; Comunidades Quilombolas; Inclusão informacional; Políticas públicas.

Abstract: Access to information is fundamental for promoting social equity in territories historically marked by processes of exclusion, such as those of quilombola communities. The objective is to analyse the role of public policies aimed at access to reading and information in promoting informational inclusion in quilombola communities, with an emphasis on the role of libraries as cultural and informational resources. This is a qualitative, documentary research study, whose *corpus* includes Decree No. 4,887/2003, the 2014 National Book and Reading Plan booklet, the text of the Public Consultation of the PNLL 2025-2035, and documents from the 2030 Agenda. The analysis showed that the PNLL 2014 and the public consultation document reaffirm the commitment to promoting reading and reducing social inequalities, especially in articulation with SDG 4 (Quality Education), SDG 10 (Reduced Inequalities), and SDG 16 (Peace, Justice and Strong Institutions). It is concluded that informational inclusion in quilombola communities is related to the existence of territorial informational institutions, which enables not only access to books, but also their social appropriation.

Keywords: 2030 Agenda; Quilombola communities; Informational inclusion; Public policies.

Introdução

O acesso à informação é fator determinante para a promoção da equidade social e o exercício da cidadania em sociedades como a brasileira, pautadas por desigualdades estruturais. No que se refere ao Brasil, essa discussão ganha contornos ainda mais relevantes frente às condições históricas de exclusão das comunidades tradicionais, a exemplo das comunidades quilombolas. Sobre a democratização do acesso ao livro e à leitura, as bibliotecas constituem-se como um equipamento cultural e informacional de promoção da inclusão informacional e do desenvolvimento social nos territórios em

situação de vulnerabilidade. A biblioteca pode ocupar lugar estratégico na mediação da informação, compreendida como uma ação voltada à construção de sentidos e à apropriação da informação pelos sujeitos, uma vez que “[...] a mediação da informação tem origem nas interações sociais e nas mediações simbólicas” (GOMES, 2014:156). No campo da Ciência da Informação, as bibliotecas constituem-se como espaços sociais de mediação cultural e informacional, atuando na democratização do acesso à informação, na preservação da memória social e na difusão dos bens culturais. Nesse contexto, a inclusão informacional relaciona-se à ampliação das possibilidades de acesso, uso e apropriação da informação por grupos historicamente vulnerabilizados, contribuindo para o desenvolvimento social e para o fortalecimento da participação cidadã (ALVES, 2020).

A Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, aprovada em 2015 pelos Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), expressa a ambição de construção de sociedades mais justas e inclusivas como compromisso universal, pautando na redução das desigualdades sociais e no fortalecimento das instituições eficazes os seus princípios orientadores. A esse respeito, entendem que o acesso à informação se torna um princípio incorporador às ações para o alcance das metas definidas para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial no que se refere à promoção de educação inclusiva e equitativa (ODS 4), à redução das desigualdades (ODS 10) e à consolidação de instituições públicas comprometidas com a garantia de direitos (ODS 16).

No âmbito das políticas públicas nacionais voltadas à promoção do acesso à leitura e à informação, o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) configura-se como uma importante estratégia para a articulação de ações relacionadas à democratização do acesso à informação. Embora existam estudos sobre políticas públicas de leitura, bibliotecas e comunidades quilombolas, observa-se ainda reduzida produção científica no campo da Ciência da Informação que relacione inclusão informacional, Agenda 2030 e políticas de leitura voltadas às comunidades quilombolas a partir da análise do PNLL. Diante do exposto, este estudo tem a seguinte pergunta de partida: como as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura se articulam aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na promoção do acesso à informação em comunidades quilombolas? Para responder, definiu como objetivo, analisar o papel das políticas públicas voltadas ao acesso à leitura e à informação na promoção da inclusão informacional em comunidades quilombolas, com ênfase na atuação das bibliotecas enquanto equipamentos culturais e informacionais.

Referencial teórico

O debate sobre a sustentabilidade social e a inclusão informacional em territórios quilombolas pressupõe, em primeiro lugar, o reconhecimento desses grupos como sujeitos históricos e políticos, cuja formação está diretamente vinculada a processos de resistência e conservação de seus próprios modos de vida. Deste modo, o conceito de quilombo não pode ser analisado somente em sua dimensão histórica relacionada à fuga das pessoas escravizadas, pois o seu sentido tem se transformado ao longo do tempo. Como destaca Arruti (2008), o conceito atual de quilombo é produto de “disputas simbólicas e normativas” no âmbito tanto acadêmico quanto jurídico e político, sendo este entendido como grupos aqueles que resistiram à manutenção e reprodução de seus modos característicos de vida em um determinado espaço. Essa leitura revela que as comunidades quilombolas não se configuram como vestígios dispersos de um passado escravista

(CUNHA e ALBANO, 2017), mas os coletivos estruturados em relações sociais, culturais e territoriais específicas, cuja identidade é edificada sobre a base de vivências e valores comuns.

Ainda segundo Cunha e Albano (2017), após um longo período de apagamento histórico com o processo de escravização, a população quilombola acabou sendo esquecida, contudo, voltou a ser lembrada junto ao Estado, com a promulgação da Constituição Federal de 1988. A partir de então passaram a ser juridicamente (re)conhecidas como “comunidades remanescentes de quilombos”. Sendo este um ponto central para tornarem-se destinatárias de políticas públicas de direitos historicamente negados. Os autores afirmam que:

as comunidades quilombolas, após regulamentações oficiais, a reorganização política local teve como um de seus traços marcantes o uso das manifestações culturais para produzir e comunicar significados capazes de comprovar a remanesência e identidade quilombola, uma condição colocada pelo Estado para o **acesso às políticas públicas**. Tal processo, enxergado pela ótica da etnogênese, ao mesmo tempo que faz avançar a luta quilombola por representatividade e cidadania, pode potencialmente ultrapassar seus usos instrumentais, gerando novas dignidades e perspectivas de futuro (CUNHA e ALBANO, 2017:155, grifo nosso).

O reconhecimento constitucional é um marco significativo, contudo, a implementação dos direitos territoriais e sociais dessas comunidades só começa a ocorrer de forma mais estruturada a partir da regulamentação do artigo 68º da *Lei de Disposições Constitucionais Transitórias* (LDCT). Arruti (2008) aponta que a retomada das ações para o reconhecimento legal dos territórios ocupados pelos quilombolas ocorre somente com a publicação do Decreto nº 4.877, de 20 de novembro de 2003, que reinstaura a efetividade desse dispositivo constitucional e estabelece diretrizes para sua implementação. Tal decreto torna o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) responsável pelos processos de regularização territorial e incorpora o direito à autoidentificação como princípio e parâmetro para a identificação das comunidades quilombolas (ARRUTI, 2008).

Este decreto atribui ao INCRA a responsabilidade pelo processo de regularização fundiária, incorporando ainda o princípio do autoreconhecimento como critério para a identificação de comunidades quilombolas. Além disso, ao estabelecer que as terras podem ser expropriadas e tituladas coletivamente, utilizando o nome de entidades representativas, este órgão ampliou o conceito jurídico de terra para incluir o território, entendendo-o não apenas como a área ocupada no momento da titulação, mas também como o lugar onde ocorre a reprodução social, cultural e econômica desses grupos (ARRUTI, 2008).

No âmbito das políticas públicas direcionadas às comunidades quilombolas, que o direito ao território precede o direito a outros direitos fundamentais, em função dos quais a continuidade física, social e cultural desses grupos em seus espaços de vida está condicionada ao alcance do reconhecimento territorial. O processo de certificação das comunidades como remanescentes quilombolas, seguido da titulação de seus territórios, constitui o núcleo de uma política que reconhece e redistribui, por meio da concessão de um território, algo que historicamente lhe foi negado (CAPINAN, 2009).

Nesse caso, a garantia de território não se limita apenas aos direitos fundiários, mas impacta diretamente o acesso às **políticas públicas** nas áreas de educação, saúde e

infraestrutura, visto que a permanência no território é um pré-requisito para a implementação de planos de desenvolvimento local. A própria identidade étnico-racial passa a assumir um caráter político, uma vez que “tornou-se uma identidade racial e, sobretudo, política que permitiu ao grupo conquistar direitos identitários e territoriais” (CAPINAN, 2009:9).

Nessa perspectiva, o território não deve ser compreendido apenas como espaço físico de permanência e reprodução social, mas também como espaço de circulação, mediação e apropriação da informação. A ausência de equipamentos culturais e informacionais em comunidades quilombolas contribui para o aprofundamento das desigualdades informacionais, limitando o acesso aos direitos sociais e à participação cidadã. Assim, a cidadania informacional relaciona-se à capacidade dos sujeitos de acessar, utilizar e se apropriar da informação para atuar criticamente em seus contextos sociais e territoriais, corroborando com as autoras Sousa, Santos e Jesus (2020:2), ao afirmarem que as bibliotecas e salas de leitura são “ambientes propícios para promover atividades de mediação da cultura, da informação e da leitura”, contribuindo para a preservação da identidade social e para o desenvolvimento social das comunidades.

A ampliação do acesso às políticas públicas em territórios quilombolas ultrapassa a provisão de infraestrutura básica, envolve também a implementação de equipamentos culturais e informacionais que contribuam para o fortalecimento das capacidades locais. Nesse contexto, as bibliotecas públicas e comunitárias assumem papel estratégico no apoio ao desenvolvimento social dessas comunidades, ao atuarem como espaços de mediação da informação, preservação da memória e promoção do acesso ao conhecimento.

Ao viabilizar o acesso aos recursos informacionais e a práticas de leitura, tais equipamentos contribuem para a ampliação das oportunidades educacionais e para o fortalecimento da participação social, elementos essenciais para o desenvolvimento sustentável em territórios marcados por desigualdades históricas. Nesta perspectiva, as bibliotecas configuram-se não apenas como espaços de difusão cultural, mas como instrumentos de inclusão informacional e promoção da equidade no acesso à informação (SHERA, 1977).

No plano internacional, o debate acerca da promoção de condições mais equitativas de desenvolvimento ganha novos contornos a partir da Agenda 2030, aprovada em 2015 pelos países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), que estabelece um compromisso global com a construção de sociedades mais justas e sustentáveis. A referida Agenda surge em substituição aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, ampliando o foco para o equilíbrio entre desenvolvimento econômico, social e ambiental. Nessa perspectiva, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) passam a orientar a formulação de políticas públicas voltadas à superação de desigualdades estruturais, assumindo como princípio o compromisso de não deixar ninguém para trás. Conforme destaca a ONU (2015:1), tais objetivos visam “concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas”.

O acesso à informação passa a ser compreendido como elemento transversal ao desenvolvimento sustentável, contribuindo para a erradicação da pobreza, ampliação das oportunidades educacionais e promoção da inclusão social. Conforme aponta a Federação Internacional de Associações e Instituições de Bibliotecas (IFLA) (2015:13), “as comunidades que têm acesso a informação oportuna e relevante para todos, estão melhor posicionadas para erradicar a pobreza e a desigualdade, melhorar a agricultura,

proporcionar educação de qualidade e apoiar as pessoas em matéria de saúde, cultura, investigação e inovação”.

Para garantir o acesso à informação muitas iniciativas coletivas são realizadas em nosso país, na tentativa de suprir as necessidades informacionais dos seus sujeitos. Um exemplo disso é o prelúdio das bibliotecas comunitárias está vinculado ao histórico de omissão do Estado em assegurar o acesso universal aos bens culturais e informacionais em especial em regiões periféricas e de vulnerabilidade social (MARTIN, 2022). Esses equipamentos culturais se afirmam como iniciativas coletivas para preencher lacunas estruturais no acesso à informação, à leitura e à cultura, ganhando a configuração de alternativas sociocomunitárias às bibliotecas públicas tradicionais. Por isso, as bibliotecas comunitárias podem ser conceituadas como:

espaços de leitura que surgiram por iniciativa das comunidades e são gerenciados por elas, ou ainda aqueles espaços que, embora não tenham sido iniciativas das próprias comunidades, voltem-se para atendê-las. São locais que preservam sua natureza de uso público e comunitário em sua essência, tendo como princípio fundamental a participação de seu público nos processos decisórios e avaliativos (ALVES, 2020:8).

Este conceito torna claro que estas bibliotecas são maneiras de organização social focalizadas na produção, intercâmbio e documentação de conhecimento local, através de processos de aprendizagem coletiva que ajudam a estabelecer uma memória social situada. As bibliotecas comunitárias se diferenciam de outras formas de cultura em decorrência do processo de constituição pela e não para a comunidade, pelo vínculo muito forte que estes equipamentos culturais mantêm com os sujeitos e os territórios em que estão inseridos. Ao assumir o papel de promover o acesso à informação em ambientes caracterizados por desvantagens sociais, as bibliotecas comunitárias funcionam como instrumentos mediadores informacionais e culturais (Alves, 2020), contribuindo para o desenvolvimento da cidadania e da participação social de comunidades historicamente excluídas.

É importante destacar que embora bibliotecas públicas e bibliotecas comunitárias compartilhem o compromisso com a democratização do acesso à informação e à cultura, distinguem-se quanto à sua estrutura organizacional e vínculo institucional. As bibliotecas públicas integram a administração estatal e são mantidas pelo poder público, enquanto as bibliotecas comunitárias possuem maior articulação com as demandas e práticas sociais da própria comunidade, fortalecendo relações de pertencimento e participação coletiva. Conforme Mota *et al.* (2001), as bibliotecas comunitárias estabelecem “maior vínculo entre a biblioteca e seu público”, tornando-se parte integrante da comunidade.

Contudo, para além do compromisso firmado globalmente para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável faz-se necessário a adoção de estratégias que dialoguem com realidades locais e socioculturais dos territórios. Tal entendimento desloca o debate do campo normativo para o campo das práticas sociais, demandando de instituições que possam mediar o acesso a recursos informacionais e fomentar processos de aprendizagem continuada no fazer das comunidades.

Neste cenário, as bibliotecas configuram-se como equipamentos culturais e informacionais estratégicos para o concretizar dos princípios da Agenda 2030 em contextos historicamente assinados por processos de exclusão social, racial e econômica, como é destacado no *Guia*

Bibliotecas & Agenda 2030 (2020). De acordo com este documento, a biblioteca pública deve ser vista como um “ponto de acesso local ao conhecimento”, o que demonstra que o acesso à informação não se limita à divulgação de conteúdos, mas que também de se criar condições materiais e simbólicas para que as pessoas possam entender, se apropriar e fazer uso da informação em suas decisões, as quais impactam diretamente em suas condições de vida. O acesso e uso de informação constitui instrumento de combate às desigualdades estruturais, pois potencializa a consciência social e política dos indivíduos e dos grupos, tornando-os atores sociais elegíveis, além de ampliar sua capacidade de participação na esfera econômica.

No referido guia é apresentado a Mandala dos 5P, como mostrado na Fig. 1.

Fig. 1 – Mandala 5PS



Fonte: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) (2020).

Que correspondem aos objetivos e metas em cinco grandes áreas:

- Pessoas (ODS 1, 2, 3, 4, 5 e 10)
- Planeta (ODS 6, 7, 12, 13, 14 e 15)
- Prosperidade (ODS 8, 9 e 11)
- Paz (ODS 16)
- Parceria (ODS 17)

Quadro 1 – ODS e perspectivas para as comunidades quilombolas

ODS	Objetivo	Perspectivas para as comunidades quilombolas
ODS 1 – Erradicação da pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	O acesso à informação contribui para criar competências informacionais que favorecem o acesso aos direitos sociais.
ODS 4 – Educação de qualidade	Assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida	Promover práticas de leituras e mediação da informação nas comunidades são instrumentos que estão em consonância com o ODS 4. Como por exemplo oficinas de empoderamento digital, rodas de leitura e/ou conversas.
ODS 5 – Igualdade de gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	Projetos de leitura e acesso à informação desenvolvidos em bibliotecas comunitárias podem favorecer a autonomia informacional de mulheres quilombolas, ampliando sua participação social e educacional. Além disso, a escolha assertiva do acervo pode trazer mais representatividade feminina para as mulheres e meninas da comunidade gerando mais potência para o seu repertório ¹ .
ODS 10 – Redução das desigualdades	Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles	A democratização do acesso pode contribuir as lacunas da falta de informação. As mediações propostas por bibliotecários também são um grande aliado neste processo, preservando o descrito por Cunha (2003) acerca do papel social da pessoa bibliotecária.
ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas, proporcionar acesso à justiça e construir instituições eficazes e inclusivas	Partimos da inclusão e acesso como direitos fundamentais dos sujeitos e neste aspecto as bibliotecas atuam como equipamentos necessários para essa inclusão.

Fonte: adaptado da Organização das Nações Unidas (2015) e Silva, Geraldo e Pinto (2021).

Corroborando com o que foi apresentado no documento da FEBAB, Silva, Geraldo e Pinto (2021), esclarecem que as bibliotecas comunitárias se configuram como “espaço social de acesso à informação, leitura e cultura”, constituindo-se como ambientes privilegiados de socialização do conhecimento e de promoção de mudanças sociais. Essa ação torna-se particularmente relevante quando analisada sob a perspectiva das metas da Agenda 2030, como o ODS 4, que visa garantir educação inclusiva e equitativa de qualidade; o ODS 10, sobre a redução das desigualdades; e o ODS 16, sobre a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas por meio de instituições eficazes e participativas (SILVA, GERALDO e PINTO,

¹ Sugerimos a leitura da matéria elaborada por Inácio França, ver em: <https://marcozero.org/no-sul-da-bahia-bibliotecas-comunitarias-estimulam-educacao-antirracista-na-primeira-infancia/>.

2021). Ao tornar o acesso à informação e à leitura mais acessível, as bibliotecas contribuem para o empoderamento social, econômico e político de grupos historicamente marginalizados, independentemente de fatores como origem étnico-racial, condição socioeconômica ou localização geográfica.

Considerando a transversalidade do acesso à informação no cumprimento das metas estabelecidas pela Agenda 2030, apresenta-se, no Quadro 1, o alinhamento entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as contribuições potenciais das bibliotecas comunitárias² para a promoção da inclusão informacional em comunidades quilombolas.

No contexto das políticas públicas nacionais voltadas à promoção do acesso à informação, o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) é uma das principais estratégias institucionais para ampliar o acesso ao livro e a formação de leitores. O Plano foi instituído pelo Governo Federal, por meio dos Ministérios da Cultura e da Educação, em 2006, e foi elaborado para coordenar ações relacionadas à promoção da leitura e à consolidação de bibliotecas em todo o país.

Conforme destacado por Alves (2020, p. 19), o PNLL: “surgiu justamente com o objetivo de integrar os programas, projetos e ações sobre livro, leitura, literatura e biblioteca, que com o Decreto n. 7.559, de 1 de setembro de 2011, instituiu-se como uma política de Estado para a área”. Nesse sentido, o Plano constitui um avanço nas políticas culturais ao reconhecer a necessidade de integração entre diferentes segmentos da sociedade, como instituições públicas e privadas, mediadores de leitura e organizações da sociedade civil para a promoção do acesso ao livro, à leitura e à informação (ALVES, 2020). Tal articulação expressa a compreensão de que o acesso ao livro e à leitura é imprescindível para o exercício da cidadania e redução das desigualdades sociais. Além de estabelecer linhas de ação para a democratização do acesso aos bens culturais escritos e para o aumento de unidades de bibliotecas, o PNLL consolida a importância destes espaços como instrumentos de inclusão cultural e educacional (ALVES, 2020). A proposta participativa do Plano, baseada na interlocução com diversos setores da sociedade, também revela a importância atribuída às bibliotecas como instrumentos para a realização de ações de formação de leitores em nível nacional.

Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa descritiva, sendo desenvolvida a partir da pesquisa documental e bibliográfica, com o objetivo de analisar o papel das políticas públicas voltadas ao acesso à informação na promoção da inclusão informacional em comunidades quilombolas, com ênfase na atuação das bibliotecas enquanto equipamentos culturais e informacionais. A escolha deste método se justifica pela necessidade de compreender como o assunto vem sendo discutido nos documentos normativos acerca das políticas públicas.

² Embora os documentos estejam se referindo a biblioteca comunitária, os ODS podem alinhar-se a todas as tipologias de biblioteca.

O *corpus* da pesquisa consiste em documentos de políticas e diretrizes institucionais referentes aos direitos territoriais e ao acesso à informação em comunidades quilombolas, como o Decreto nº 4.887/2003, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, e o Caderno do PNLL (2014) e o texto de consulta pública do novo PNLL. Também foram analisadas produções científicas da Ciência da Informação e das Ciências Sociais como área correlata. Para a análise dos documentos, foi utilizado o procedimento da análise documental em sua vertente de caráter comparativo, orientada pelo método dedutivo, mediante a elaboração de categorias analíticas definidas a priori, esta constituiu-se por: “papel das bibliotecas”, “mediação da leitura”, “territorialização”, “profissionais da informação”, “preservação cultural” e “participação social”. “Com base nessas categorias, os documentos foram lidos sistematicamente, e os termos identificados foram posteriormente organizados em um quadro comparativo (Quadro 2) o que permitiu a identificação de convergências e divergências entre os instrumentos.

É importante mencionar que este estudo está em sua fase preliminar e a principal motivação para realização é a incipiência das publicações que abordem as comunidades quilombolas. Em pesquisa realizada na Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), com os termos: “Agenda 2030”; “comunidade quilombola”; “comunidades quilombolas”; “ODS”; Objetivo do Desenvolvimento Sustentável; “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”; “sustentabilidade”; quilombola; “quilombolas” e emprego do operador booleano AND, com o recorte temporal de 1962 a 2026. Como evidenciou ausência de produções na referida base de dados, decidiu-se por recorrer-se ao Google Acadêmico para conseguir alcançar resultado mais positivo.

Resultados e discussões

Os resultados evidenciaram que no Caderno do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), edição de 2014, as políticas públicas voltadas ao livro e à leitura no Brasil são orientadas pela compreensão de que a formação de uma sociedade leitora constitui condição essencial para a promoção da inclusão social. Conforme apresentado na introdução do documento, tais diretrizes consideram: “o papel de destaque que essas instâncias assumem no desenvolvimento social e da cidadania” (BRASIL, 2014:3).

Nesta edição o PNLL reconhece que o acesso aos bens culturais, entre eles o livro e a leitura, está diretamente relacionado à garantia de condições dignas de vida e à construção de uma organização social mais justa, situando as bibliotecas como equipamentos fundamentais para a mediação do conhecimento. Tal perspectiva torna-se ainda mais evidente ao estabelecer como um de seus objetivos: “[...] assegurar a implantação, modernização e qualificação de espaços [...] de modo a garantir serviços de qualidade em bibliotecas escolares e nas de acesso público” (BRASIL, 2014:24).

Além disso, no âmbito do Eixo 1 – Democratização do Acesso, o documento prevê a: “implantação de novas bibliotecas de acesso público [...] e criação de bibliotecas comunitárias (periferias urbanas [...] zonas rurais, ONGs etc.)” (BRASIL, 2014:27) e, no Eixo 2 – Fomento à Leitura e à Formação de Mediadores, destaca a realização de: “atividades de leitura em comunidades tradicionalmente excluídas (indígenas, **quilombolas** etc.)” (BRASIL, 2014:30, grifo nosso). Esses elementos indicam que, ao menos em sua formulação, o PNLL (2014) contempla a necessidade de territorialização das

ações de leitura, reconhecendo as especificidades socioculturais de grupos historicamente marginalizados, como os quilombolas.

Em especial no que foi tratado no Eixo 1 do referido plano Coelho e Segura (2024:1), as bibliotecas desempenham papel essencial na preservação da herança cultural e na promoção do direito à cidadania dessas comunidades, atuando como: “espaço de resistência e afirmação dos direitos desses grupos, que historicamente enfrentam grandes desafios sociais”.

Assim, ao reunir diversos saberes e registros culturais, as bibliotecas se estabelecem como instituições detentoras da memória coletiva e individual, auxiliando na manutenção das tradições e no fortalecimento das identidades culturais quilombolas. Silveira (2010:68) vem destacar essas instituições como “lugares de memórias” e conceitua como:

[...] espaços físicos e/ou simbólicos que surgem no exato momento em que constatamos a impossibilidade de nossas memórias reter voluntariamente a totalidade das experiências humanas. Em função disso, fazem ressaltar a necessidade de se criar arquivos; museus; bibliotecas; coleções; monumentos; organizar celebrações públicas e pronunciar elogios funerários como recurso de articulação social dos insumos concebidos para representar coletivamente as ações que vivenciamos no mundo e que imprimimos sobre o mundo.

Observa-se também que as diretrizes apresentadas no texto provisório do novo PNLL ainda carecem de mecanismos concretos de financiamento, monitoramento e participação social, podendo comprometer sua efetividade em territórios vulnerabilizados. Nesse sentido, conforme apontado no documento elaborado pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) (2025:5): “o compromisso assumido pelo governo e pela sociedade brasileira só terá real impacto quando essas medidas alcançarem os territórios, as comunidades e os sujeitos que constroem e vivenciam a cultura literária”.

Essa constatação evidencia que a universalização do acesso ao livro não implica, necessariamente, na inclusão informacional dos sujeitos, principalmente em comunidades quilombolas, evidenciando as lacunas históricas no acesso à informação, em também desconformidade com os princípios de equidade estabelecidos pela Agenda 2030.

O Quadro 2 sistematiza os principais elementos de convergência e divergência entre os documentos analisados. A comparação entre os documentos foi realizada à luz dos ODS, especialmente no que se refere à promoção de educação inclusiva e equitativa (ODS 4), à redução das desigualdades (ODS 10) e ao fortalecimento de instituições eficazes (ODS 16).

A comparação entre as versões do PNLL permite identificar não apenas diferenças de abordagem, mas também limites na proposta mais recente. Enquanto o documento de 2014 apresenta diretrizes mais explícitas quanto à territorialização das ações e ao papel das bibliotecas como espaços estratégicos de mediação da leitura e da informação, a proposta 2025-2035 tende a apresentar formulações mais generalistas, com menor centralidade atribuída a essas instituições. Esse deslocamento pode ser complexo, principalmente em contextos como o das comunidades quilombolas, para as quais a presença de equipamentos culturais e informacionais e de mediadores qualificados é um elemento basilar para materialização das políticas públicas.

Quadro 2 – Análise

Categorias	ODS	PNLL (2014)	PNLL (2025-2035) (provisório)	Contribuições FEBAB
Papel das bibliotecas	ODS 16 – Instituições eficazes	Espaços estratégicos de formação leitora e acesso à informação	Menção secundária às bibliotecas	Inserção explícita das bibliotecas como eixo estruturante
Mediação da leitura	ODS 4 – Educação de Qualidade	Ênfase na atuação institucional	Centralidade no acesso ao livro	Crítica à distribuição de acervos sem mediação
Territorialização	ODS 10 – Redução das Desigualdades	Ampliação do acesso em regiões vulneráveis	Diretrizes generalistas	Implementação de políticas territorializadas
Profissionais da informação	ODS 4 – Educação de Qualidade	Mediação implícita	Ausência de menção à atuação da pessoa bibliotecária	Necessidade de profissionais qualificados
Preservação cultural	ODS 10 – Redução das Desigualdades	Incentivo à diversidade cultural	Ênfase em práticas digitais	Inclusão de acervos representativos
Participação social	ODS 16 – Instituições eficazes	Articulação com sociedade civil	Avaliação técnica centralizada	Escuta ativa das comunidades

Fonte: As autoras (2026)

Além disso, apesar dos avanços normativos observados na formulação do PNLL, a análise dos documentos institucionais evidencia a persistência de entraves estruturais que dificultam a implementação efetiva das políticas públicas de leitura em contextos socioterritoriais específicos.

Esses elementos do Plano indicam que, ao menos em sua formulação, o PNLL (2014) contempla a necessidade de territorialização das ações de leitura. No entanto, a análise do texto disponibilizado na Consulta Pública ao PNLL 2025-2035 aponta para uma reformulação das diretrizes da política, orientada por novos arranjos institucionais e mudanças tecnológicas no campo da leitura, mesmo quando o documento reafirma o compromisso com a diversidade e com a redução das desigualdades sociais, observa-se que a centralidade atribuída às bibliotecas enquanto instituições mediadoras do acesso à informação aparece de forma difusa, sobretudo quando comparada às diretrizes explicitadas na versão de 2014.

O documento da consulta pública ressalta a necessidade de: “priorizar, nas políticas culturais, grupos vulnerabilizados para reduzir desigualdades estruturais na sociedade brasileira” (BRASIL, 2025:17).

Ademais, a sistematização do Quadro 2 também permite observar que no âmbito do ODS 4 as orientações do PNLL (2014) destacam a formação de mediadores e o trabalho com as bibliotecas escolares como estratégias para promoção de competências leitoras, já o texto provisório do PNLL 2025-2035 tem maior foco no acesso ao livro em desfavor de atividades de mediação. Tal mudança torna-se especialmente significativa se analisada à luz da função social da biblioteca como uma instituição intermediária que fornece acesso à informação, conforme argumentado por Shera (1977), na medida em que esses ambientes são percebidos como agentes que facilitam a conexão entre indivíduos e fontes de informação no contexto social.

Sobre o ODS 10, infere-se que em certa forma as ações direcionadas para a promoção da leitura com territorialização estão contidas de forma mais generalista no novo plano e se encontravam explícitas no plano de 2014, isso talvez prejudique sua eficácia em comunidades historicamente marginalizadas, como comunidades quilombolas. Essa conclusão convergente é com a perspectiva de Capinan (2009), que aponta para a necessidade de reconhecimento das especificidades socioculturais dos territórios quilombolas para a articulação de políticas públicas no acesso à informação como direito condicionado à garantia de direitos territoriais e à permanência nos seus lugares. Na dimensão institucional (ODS 16), a falta de referência clara à participação de profissionais de informação no documento em consulta indica fragilidade na construção de infraestruturas informacionais que garantam o acesso universal à informação. Conforme argumenta Cunha (1978), a atuação da pessoa bibliotecária constitui elemento central na mediação informacional, contribuindo para a preservação da memória social e para a promoção da cidadania em contextos marcados por desigualdades históricas.

Considerações finais

Os resultados desta pesquisa obtidos a partir da análise entre o Caderno do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), em edição atualizada de 2014, e o texto disponibilizado para a Consulta Pública do PNLL 2025-2035, à luz da Agenda 2030, indicam que embora ambas as versões do Plano reafirmem o compromisso com a promoção da leitura e com a redução das desigualdades sociais, observa-se que a efetividade das políticas públicas voltadas ao acesso à leitura e à informação, particularmente em comunidades quilombolas, mostra-se relacionada à presença de instituições informacionais territorializadas³, capazes de promover não apenas o acesso material ao livro, mas também sua apropriação social pelos sujeitos. Tais constatações reforçam a importância da atuação de bibliotecas públicas e comunitárias na promoção da inclusão informacional e na ampliação das oportunidades educacionais em territórios marcados por desigualdades históricas e o fortalecimento das metas e objetivos dispostos no ODS.

Por fim, ressalta-se que este estudo apresenta resultados preliminares e integra uma investigação em desenvolvimento, cujo aprofundamento prevê a ampliação do escopo analítico para outras políticas públicas e a realização de pesquisa de campo com

³ Neste trabalho, utiliza-se a expressão “instituições informacionais territorializadas” para designar equipamentos culturais e informacionais cuja atuação se estrutura a partir das dinâmicas sociais, culturais e históricas dos territórios onde estão inseridos.

comunidades quilombolas, com vistas à identificação de suas demandas informacionais em contextos socioterritoriais específicos.

Referências bibliográficas

ALVES, M. de S.

2008 Biblioteca comunitária: conceitos, relevância cultural e políticas. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. [Em linha]. 16 (2008) 1-29. [Consult. 5 fev. 2026]. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1252>.

ARRUTI, J. M.

2008 Quilombos. In *Raça: perspectivas antropológicas*. Org. O. Pinho. Campinas: Ed. UNICAMP; Salvador: Edufba, 2008, p. 1-33.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

2024 Decreto nº 12.166, de 5 de setembro de 2024. Regulamenta a Política Nacional de Leitura e Escrita, instituída pela Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018, e altera o Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992, e o Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992. [Em linha]. *Diário Oficial da União. Seção 1*. 142:173 (6 set. 2024) 9. [Consult. 9 fev. 2026]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-026/2024/decreto/D12166.htm.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

2003 Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. *Diário Oficial da União. Seção 1*. 140:227 (21 nov. 2003) 1-3.

BRASIL. Ministério da Cultura

2025 Retorno das contribuições da sociedade Novo Plano Nacional de Cultura. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2025.

BRASIL. Ministério da Educação

2014 *Caderno do PNLL*. Edição atualizada e revisada em 2014. Brasília, DF: MEC, 2014.

BRASIL. Presidência da República

2024 *Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ao seu alcance*. [Em linha]. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. [Consult. 15 fev. 2025]. Disponível em: <https://www.itaipuparquetec.org.br/wp-content/uploads/2024/10/Agenda-2030-links.pdf>.

CAPINAN, U. B.

2009 *O Quilombo que remanesce: estudo de caso acerca dos impactos da política de certificação e de titulação do território sobre a identidade étnica dos quilombos remanescentes Barra e Bananal em Rio de Contas, Bahia*. Salvador: UFBA, 2009. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais - Universidade Federal da Bahia.

COELHO, A. K. S.; SEGURA, L. R.

2024 *Bibliotecas comunitárias quilombolas: espaços de memória, identidade e cidadania*. Florianópolis: UFSC, 2024. Trabalho de Conclusão de Curso em Biblioteconomia - Universidade Federal de Santa Catarina.

CUNHA, F. G.; ALBANO, S. G.

2017 Identidades quilombolas: políticas, dispositivos e etnogêneses. *Latinoamérica. Revista de Estudios Latinoamericanos*. 64 (2017) 153-184, 2017. [Consult. 30 jan. 2026]. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1665857417300066?ref=pdf_download&fr=RR-2&rr=9d58c90bbb900c61.

CUNHA, M. B. da

1978 O Papel do bibliotecário na sociedade brasileira. *REB: Revista da Escola de Biblioteconomia e Documentação*. 7:1 (1978) 7-26.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES

2020 *Guia bibliotecas e Agenda 2030*. São Paulo: FEBAB, 2020.

GOMES, H. F.

2014 Tendências da mediação da informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*. 19 (2014) 151-163.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A.

2003 *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTIN, R. V.

2022 Quilombolas e o aumento da vulnerabilidade na pandemia e os resultados refletidos a partir da educação. o caso da Escola Quilombola José Raimundo da Costa de Aquiraz-CE. In *Os direitos Humanos dos Vulneráveis, Marginalizados e Excluídos*. Coord. A. A. T. Cançado e C. B. Leal. Fortaleza: Expressão Gráfica e Ed., 2022, p. 337-356.

MOTA, A. de O. [et al.]

2003 *Biblioteca São Jerônimo: centro de valorização da cidadania e o programa de bibliotecas FUST*. [S. l.: s. n.], 2003.

SHERA, J.

1977 Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 6:1 (1977) [Consult. 5 jan. 2026]. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f7/Epistemologia_social%2Csem%C3%A2ntica_geral_e_biblioteconomia_%28Cionline_92%29.pdf.

SILVA, D. P. da; GERALDO, G. PINTO, M. D. de S.

2021 Aproximação das bibliotecas comunitárias com a Agenda 2030: contribuições para o desenvolvimento sustentável. *Tendências da Pesquisa Brasileira e Ciência da Informação*. [Em linha]. 14 (2021) 1-20, 2021. [Consult. 5 fev. 2026]. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/551/512>.

SILVEIRA, F. J. N. da

2010 Biblioteca, memória e identidade social. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 15:3 (2010). [Consult. 4 fev. 2024]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/4jq9Fg66W6sYQ3XxTMSbCRD/?format=html&lang=pt>.

SOUSA, A. C. M. de; SANTOS, R. do R.; JESUS, I. P. de

2020 Mediação da cultura, da informação e da leitura para o protagonismo social. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. 16 (2020) 1-20.

Agradecimento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Bianca Rodrigues de Oliveira | bianca75300@gmail.com

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil

Kátia de Oliveira Rodrigues | katiarodrigues10@gmail.com

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil

Roseli Leal Ribeiro | lyleal@gmail.com

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil